

HEGEMONIA TECNOLÓGICA: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA EM FORMAR LEITORES NA ATUALIDADE

TECHNOLOGICAL HEGEMONY: THE CHALLENGES OF PUBLIC SCHOOLS IN TRAINING READERS TODAY

HEGEMONÍA TECNOLÓGICA: LOS DESAFÍOS DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN LA FORMACIÓN DE LECTORES HOY

Marilza Andrade Corrêa Justino¹
Grace Kelly Schemes Oliveira²

RESUMO: Este artigo tem como pressuposto, trazer à tona questões relacionadas a hegemonia tecnológica para a formação de leitores. Em um cenário onde a tecnologia está entrelaçada com o cotidiano de crianças e adolescentes, na escola pública em que o grande desafio é a formação de leitores. O olhar para este cenário da escola pública aliado a pesquisas e dados recentes da educação pública nacional, nos fornecem reflexões relativas a fragmentação da atenção, a perda do foco e a superficialidade das interações digitais na qual interferem nos modos de ler e de se apropriar da linguagem escrita. Ao longo do texto, se desenha a construção desta realidade e sobretudo os processos envolvidos no letramento e na tecnologia, revelando os desafios e as implicações na formação de leitores no ensino superior. O texto aponta ainda, que a leitura precisa romper as barreiras da mera decodificação, mas sim, pautada em uma experiência social e política. Por fim, propõe-se uma análise pedagógica, na qual a leitura precisa ser incorporada como um ato de emancipação e pertencimento.

3022

Palavras-chave: Educação Básica. Letramento. Tecnologia.

ABSTRACT: This article aims to bring to light issues related to technological hegemony in the education of readers. In a scenario where technology is intertwined with the daily lives of children and adolescents, in public schools the great challenge is the education of readers. The look at this scenario of public schools combined with recent research and data from national public education, provide us with reflections on the fragmentation of attention, the loss of focus and the superficiality of digital interactions that interfere in the ways of reading and appropriating written language. Throughout the text, the construction of this reality is outlined and, above all, the processes involved in literacy and technology, revealing the challenges and implications in the education of readers in higher education. The text also points out that reading needs to break the barriers of mere decoding, but rather, be based on a social and political experience. Finally, a pedagogical analysis is proposed, in which reading needs to be incorporated as an act of emancipation and belonging.

Keywords: Basic Education. Literacy. Technology.

¹Discente do curso do mestrado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, Especialização em Gestão de Qualidade na Educação e Licenciatura em Pedagogia.

²Discente do curso do mestrado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University; Especialista no Ensino da Arte em Leitura de Imagens; Especialista em Docência na Educação Profissional e Gestão Escolar; Bacharel em Direito; Licenciatura Plena em Artes e Pedagogia.

RESUMEN: La premisa de este artículo es sacar a la luz cuestiones relacionadas con la hegemonía tecnológica para la formación de lectores. En un escenario donde la tecnología se entrelaza con el día a día de niños y adolescentes, en las escuelas públicas donde el mayor desafío es la formación de lectores. La mirada a este escenario de la escuela pública, combinada con investigaciones recientes y datos de la educación pública nacional, nos proporciona reflexiones sobre la fragmentación de la atención, la pérdida de foco y la superficialidad de las interacciones digitales, que interfieren en las formas de leer y apropiarse del lenguaje escrito. A lo largo del texto se esboza la construcción de esta realidad y sobre todo los procesos involucrados en la alfabetización y la tecnología, revelando los desafíos e implicaciones para la formación de lectores en la educación superior. El texto también señala que la lectura necesita romper las barreras de la mera descodificación, sino de una experiencia social y política. Finalmente, se propone un análisis pedagógico, en el que es necesario incorporar la lectura como un acto de emancipación y pertenencia.

Palabras clave: Educación Básica. Alfabetismo. Tecnología.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um tempo em que a informação e o uso tecnológico é certamente o que move o mundo e as pessoas. Diante de um cenário que a tecnologia molda a nossa forma de pensar, vestir, comer e até mesmo aprender, a informação se apresenta de forma muito prática e quase que instantânea. Esta realidade hoje, representa um patamar também central na vida de crianças e adolescentes.

Ao lançamos nosso olhar para dentro da escola, é notório que vivenciamos um cenário cada vez mais desafiador. Perceber que esta realidade tecnológica na prática se apresenta de maneira quase que incontrolável, afetando a rotina didático pedagógica, social e comportamental dos estudantes, mas principalmente a maneira de como estes relacionam a leitura e a escrita.

Quando pensamos em leitura, logo nos vem à mente, a certeza dos inúmeros benefícios que esta nos proporciona. Considerando que o processo de desenvolvimento da leitura nas crianças, nasce muito antes que esta tenha contato com o lápis e a formação das letras. Na educação básica, este é o cerne de todo o trabalho dos professores na busca pela formação de leitores e no desenvolvimento de competências e habilidades tão essenciais nesta fase do ensino.

Desta forma, o presente estudo se concentra na busca ativa sobre os principais desafios na formação de estudantes leitores, com foco nos impactos que os uso intensivo das tecnologias digitais causam na vida destes estudantes. Desenvolver uma escrita voltada para o problema central que é: como a escola pode preparar os estudantes para o ensino superior, considerando a articulação de saberes e práticas de leitura em um ambiente dominado pela hegemonia tecnológica?

Face ao problema apresentado, é salutar considerar que estamos diante de uma fragmentação da atenção, do consumo excessivo de redes sociais e da exploração acelerada de conteúdos e informações que prejudicam e até mesmo desencorajam o estudante a ler tantos os livros digitais, quanto os livros físicos. Levanta-se a hipótese para esta questão supracitada, que não apenas é a ausência de incentivo, mas a eminente presença da tecnologia na vida dos estudantes.

Para tanto cabe salientar, que com a promulgação da lei nacional n.º 15.100 de 13 de janeiro de 2025, a qual restringe o uso de celulares nas escolas no Brasil, educadores e gestores estão organizando conteúdos e práticas afim que “desintoxicar” estes educandos do uso excessivo dos dispositivos digitais, com intuito no desenvolvimento de uma maior concentração, interação social e voltados para uma aprendizagem significativa. Ao mesmo tempo como hipótese, acredita-se que a tecnologia se bem utilizada pode ser uma aliada neste processo de formação de leitores.

Como principal objetivo deste artigo, é analisar os entraves e as possibilidades, dentro de um contexto da educação básica, na construção de leitores para o ensino superior, tendo em vista a forte influência que as mídias digitais exercem na vida dos educandos. Para compor este texto, também se faz necessário, a arguição dos efeitos que a hegemonia tecnológica incide sobre a saúde dos educandos; investigar práticas pedagógicas que auxiliem na formação de leitores no contexto da educação básica, com vistas a emancipação social; e por fim propor caminhos metodológicos que estimulem o letramento na escola como base para o ensino superior.

Para dar suporte a esta pesquisa, o autor João Wanderley Geraldi (2016) vislumbra que o domínio sobre a escrita é marcado por relações de poder, e faz uma crítica, salientando que o analfabetismo é um projeto político. Aponta ainda, que a escola é o local de fortalecimento do sujeito para a compreensão e aprendizado para o universo da escrita (GERALDI, 2016). O autor Maurizio Gnerre (1991), reforça este entendimento que a leitura serve como um instrumento de dominação e controle.

Contextualizando as interfaces do mundo moderno, os autores PRENSKY (2001), DESMURGET (2021) e AMORIM; ANDRADE (2024) apresentam estudos e experiências sobre as diversas consequências trazidas pelos avanços tecnológico e pelo cenário pós pandêmico, com relação as interferências causadas nos educandos. Os autores FISCHER; DIONÍSIO, (2011) complementam esta pesquisa contemplando os desafios e as possibilidades de desenvolvimento de propostas pedagógicas, especialmente na implementação de práticas

voltadas para a leitura.

Este trabalho tem como relevância o fato que a leitura desempenha o papel estruturante no aprendizado ao longo da vida, e sua precariedade embaraça o acesso na aquisição de outras formas de conhecimento. Neste sentido, o presente estudo vem ao encontro de preocupações e anseios no que se refere a debates educacionais que possam oferecer subsídios a educadores e gestores no que se refere a tecnologia e a leitura.

Optou-se por uma abordagem bibliográfica, tendo como base primária a revisão de autores e pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, bem como a análise de documentos oficiais que dão conta deste tema tão relevante e atual. Debruçamos também, em relatórios como o da UNESCO (2023) de Monitoramento Global da Educação: Resumo – A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?, o PISA 2022 e pesquisas como o Guia para Escolas do MEC (2025).

Portanto, a articulação entre a teoria e os dados empíricos, permitiram desenvolver uma metodologia consistente, inebriada pela conjuntura atual sob o prisma da formação social do leitor no ensino escolar com vistas para o ensino superior. As lacunas para a formação de leitores estão postas. Articular estes conhecimentos, demanda de ações urgentes que promovam a construção de leitores voltados para esta realidade contemporânea.

3025

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

HEGEMONIA TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Presenciamos que o desenvolvimento humano, sobretudo na infância e na adolescência está marcada pela presença de aparelhos e dispositivos tecnológicos. Esta realidade transforma e interfere diretamente comportamentos sociais e formas de aprendizagem. Fato que, a hegemonia tecnológica estabelece diretrizes no consumo de informações, raciocínio e hábitos de leitura entre estudantes. Neste conceito de hegemonia tecnológica LEVY (1998) reforça este pensamento e aponta:

A mediação digital remodela certas atividades cognitivas fundamentais que envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva. A escrita, a leitura, a escuta, o jogo e a composição musical, a visão e a elaboração das imagens, a concepção, a perícia, o ensino e o aprendizado, reestruturados por dispositivos técnicos inéditos, estão ingressando em novas configurações sociais. (LÉVY, 1998, p.17).

A hiperconectividade representa uma quebra substancial dos modos tradicionais do ensino e da aprendizagem no ambiente escolar. Esta naturalização, faz com que instituições como a escola, reflitam e estructurem estratégias voltadas para a formação, mas especialmente no

que se refere a leitura, para que esta não perca seu caráter emancipador diante de tanta influência que a tecnologia apresenta.

Os estudantes estão diretamente influenciados pelas tecnologias, o que mudou significativamente a realidade na educação contemporânea. Bombardeados desde o nascimento a geração atual, vivenciou uma imersão em ambientes onde a tecnologia pautou toda sua forma de agir e pensar. Nesta linha PRENSKY (2001), apresenta dados relevantes para esta reflexão:

Os alunos de hoje – do maternal à faculdade – representam as primeiras gerações que cresceram com esta nova tecnologia. Eles passaram a vida inteira cercados e usando computadores, vídeo games, tocadores de música digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares, e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital. Em média, um aluno graduado atual passou menos de 5.000 horas de sua vida lendo, mas acima de 10.000 horas jogando vídeo games (sem contar as 20.000 horas assistindo à televisão). Os jogos de computadores, e-mail, a Internet, os telefones celulares e as mensagens instantâneas são partes integrais de suas vidas. (PRENSKY, 2001, p.01).

Diante de todo este cenário de múltiplas telas e frequentes estímulos, o estudante hoje, se encontra desafiado em manter seu foco, dedicar tempo e atenção, para com leituras e estudos aprofundados, pois a prática da leitura exige disciplina, silêncio e envolvimento cognitivo. Por outro lado, plataformas e dispositivos, apresentam linguagens fluidas, interativas, em que o texto escrito parece perder espaço para imagens, vídeos e mensagens instantâneas? Nesta dicotomia, entre a hegemonia tecnológica e leitura, fica o desafio de formar leitores críticos e conscientes no século XXI. Desta forma Marc Prensky (2001) reforça este entendimento no que se refere a esta nova geração:

Os Nativos Digitais estão acostumados a receber informações muito rapidamente. Eles gostam de processar mais de uma coisa por vez e realizar múltiplas tarefas. Eles preferem os seus gráficos antes do texto ao invés do oposto. Eles preferem acesso aleatório (como hipertexto). Eles trabalham melhor quando ligados a uma rede de contatos. Eles têm sucesso com gratificações instantâneas e recompensas frequentes. Eles preferem jogos a trabalhar sério”. (Isto lhe parece familiar?) (PRENSKY, 2001, p.2)

Em outra análise, percebe-se que a leitura está vinculada diretamente ao interesse e habilidades na representação das aprendizagens que devem ser trabalhadas ao longo dos anos escolares. O educador neste contexto precisa vislumbrar o processo do letramento de forma consciente, sendo que o maior desafio consiste em transpor este conhecimento em um fenômeno social, cultural e político. Neste sentido, a escrita é forjada pela relação de poder (GERALDI, 2016).

Neste entendimento, o mesmo autor complementa, “todos os mecanismos de acesso à língua escrita são marcados por relações de poder: a escola, os meios de comunicação social, o acesso a livros. Assim, ter uma população praticamente analfabeta ou com “letramento” baixo

não é um destino, é um projeto político” (GERALDI, 2016, p. 8). Ora se pensarmos no que se refere as desigualdades ao acesso da escrita e leitura o baixo letramento é, portanto, o resultado de uma construção social intencional.

Para esta reflexão, o autor GNERRE (1991) complementa:

A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. Todos nós sabemos quanto pode ser entendido das notícias políticas de um Jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação. A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações: estas podem ser entendidas somente pelos ouvintes já iniciados não só na linguagem padrão, mas também nos conteúdos a elas associados. Assim, também, se a televisão e o rádio alcançam uma enorme difusão, a comunicação de notícias e informações fica restrita a grupos relativamente reduzidos entre os que têm acesso aos instrumentos de tais comunicações. (GNERRE, 1991, p. 15).

Conforme a informação do autor, é salutar e reforçar que as tecnologias restringem e imprimem as desigualdades sociais e educacionais, especialmente nos meios de comunicação em massa, o que ecoa e perpetua a marginalização de certas minorias. Contribuindo para este entendimento, o privilégio da leitura é libertador, como afirma SILVA (1995, p.12), “o ato de ler se torna perigoso já que ler é um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens”.

Com isso, GERALDI (2016, p.12) complementa, “certamente a escrita pode funcionar de forma contra – hegemônica”. Neste contexto, a escola precisa conceber seu papel fundamental na construção de conhecimento como um processo político e social. Em uma perspectiva voltada para uma prática emancipatória, na qual o indivíduo seja capaz de forjar sua própria realidade a partir de saberes constituídos pelo incentivo a leituras críticas, reflexivas e situadas historicamente. Neste sentido, a leitura precisa ser encarada como um ato de resistência, onde o aluno reconheça que este é um caminho possível de transformação social.

3027

DESAFIOS DO LETRAMENTO NA ATUALIDADE

No processo de aprendizagem da criança ou do adulto, em um primeiro momento, se faz necessário entender que a alfabetização e o letramento partem de conceitos distintos. Isoladamente, a alfabetização se consolida pela decodificação de códigos linguísticos. Entretanto este entendimento primário precisa ir além. Vislumbrar a alfabetização de maneira letrada, caracteriza na união da capacidade de aliar a técnica da leitura e escrita, e promover significado em contextos reais e conectados ao mundo. Assim o letramento segundo SOARES (2020) explicita:

Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (SOARES, 2020, p. 63).

Separar estes conceitos é fundamental. Compreender que sozinha a alfabetização embora suporte do aprendizado, não consegue garantir práticas sociais por meio da linguagem escrita. Visualizar que o processo educativo envolve avanço que vai além da técnica e a escola neste cenário assume um papel articulador entre os saberes e as práticas de leitura significativa. No dizer de SILVA (1995, p. 24):

Uma prática de leitura, na sala de aula deve permitir várias leituras, já que o significado do texto se constrói pela integração do leitor a partir do seu conhecimento prévio e do que é apresentado. Mais diálogo, mais liberdade para os alunos se expressarem, mais escuta e partilha de significados atribuídos aos textos, mais ligação entre aquilo que se lê e aquilo que se vive (SILVA, 1995, p. 24).

Perceber que tanto a leitura quanto a escrita inserida em contextos peculiares assumem funções sociais específicas. Assim, o indivíduo letrado interage conscientemente com as mais diversas leituras. Ainda nesta ótica, o portal Saberes e Práticas (CENPEC, 2023), traz os seguintes dados com relação a leitura e letramento:

56,4% das (os) estudantes que estavam no 2º ano em 2021 não estavam alfabetizadas (os), levando em conta o novo parâmetro de alfabetização de 743 pontos na escala Saeb, lançado pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2019, esse percentual era de 39,7% – ou seja, houve uma piora na aprendizagem das (os) estudantes. (CENPEC, 2023)

3028

Analisando os referidos números, é alarmante que a pandemia Covid-19 ainda produza efeitos colaterais na aprendizagem. A leitura está comprometida, pois o alto índice de estudantes não alfabetizados no tempo certo, prejudica consideravelmente a construção da autonomia leitora e o acesso a outros conhecimentos inerentes na fase escolar. No contexto da escola, o letramento precisa ser retomado com urgência, garantindo que este espaço formador, seja capaz de desenvolver leitores e escritores, como cita Magda Soares (2020) em seu livro *Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*.

Nessa perspectiva, Marc Prensky (2001, p.1) aponta para esta realidade, “Nossos alunos mudaram radicalmente. Os alunos de hoje não são os mesmos para os quais o nosso sistema educacional foi criado”. Hoje vivenciamos uma realidade onde é raro observar a leitura e até mesmo a cópia como prática escolar. A escola passa por desafios que precisam de ações imediatas. Assim, “toda essa dependência das tecnologias e do imediatismo por respostas e informações os adolescentes têm se distanciando cada vez mais da leitura, não conseguindo torna-se leitores ávidos e adultos com pouco desenvolvimento cognitivo” (AMORIM;

ANDRADE, 2024, p. 3).

Ainda neste mesmo entendimento, o médico e escritor Michel Desmurget (2021), criador do livro *A fábrica de cretinos digitais*, aponta em suas pesquisas o perigo das telas para nossas crianças e adolescentes. Neste estudo de DESMURGET (2021), destaca que quanto mais crianças e adolescentes permanecem em computadores, TV, celulares e jogos, há um decréscimo em seu rendimento escolar. No mesmo viés, o autor salienta que o mesmo acontece com o sistema educacional, quanto mais se investe em tecnologia na escola, mais se percebe os impactos negativos em relação a leitura, escrita, interpretação e matemática, ratificando o empobrecimento intelectual (DESMURGET, 2021).

Outra pesquisa realizada em 2024, foi trazida pelas as professoras Ruthe H. S. M. de Amorim e Ludmila Santos Andrade (2024). Suas observações com alunos do 1º ano do Ensino Médio em uma escola do Piauí, demonstraram os impactos deixados pela pandemia no que se refere a proximidade dos alunos com a leitura, resultados da exposição desenfreado da internet e das telas para educação (AMORIM; ANDRADE, 2024). Neste contexto as autoras descrevem:

Os dados iniciais mostram um desinteresse de muitos dos jovens pelos livros, principalmente livros impressos, associando-os a uma experiência de leitura mais tradicional e menos interativa, considerando esse ato de ler algo enfadonho e perda de tempo, cansativo e muitas vezes como uma obrigação. Outro fator observado é que as tecnologias tão presentes na vida dos adolescentes os distanciam das experiências de leitura, visto que boa parte deles é vivem conectados nesse ambiente digital, sendo influenciados e bombardeados com informações e respostas rápidas presentes nas plataformas digitais, tornando-se um desafio para a interação entre alunos e a leitura (AMORIM; ANDRADE, 2024, p. 5).

3029

Essas constatações evidenciam a realidade que crianças e adolescentes possuem sobre a leitura. Sabemos que esta crise de interesse, está diretamente ligada a facilidade que plataformas e toda a interação com a tecnologia apresenta. Entender que leitura é sinônimo de prática enfadonha revela o fracasso que estamos vivenciando para com esta geração, pois além das respostas imediatas, falta de atenção e foco, o estudante atual está desconectado de leituras e textos mais elaborados. Este contexto, limita seu pensamento crítico, repertório cultural e mais precisamente seu pensamento crítico reflexivo sobre a realidade, o que interfere em sua visão e leitura de mundo. PRENSKY (2001), salienta:

[...] É muito sério, porque o único e maior problema que a educação enfrenta hoje é que os nossos instrutores Imigrantes Digitais, que usam uma linguagem ultrapassada (da era pré-digital), estão lutando para ensinar uma população que fala uma linguagem totalmente nova. (PRENSKY, 2001, p.2)

O cenário atual, direciona que todo esse contato com plataformas, redes sociais e mídias digitais potentes, fragmentam hábitos cognitivos, habilidades para concentração, pensamento

articulado e interpretação reflexiva. Aqui, cabe entender, mais acima de tudo encontrar estratégias que envolvam este educando em práticas de letramento, ressignificando o ato de ler em um processo prazeroso e integrado a sua realidade cultural. Portanto, a leitura neste cenário, precisa ser encarada a ponto de deixar de ser um ato isolado, obrigatório e sim uma experiência emancipadora e consciente.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DO LEITOR PARA O ENSINO SUPERIOR

Até aqui, as discussões refletem as interfaces presentes no paradigma inerente a hegemonia tecnológica e seus desafios em formar leitores num momento repto que a educação básica apresenta. Entretanto, com vistas a estas preocupações atuais, ações governamentais voltadas para a educação nacional começaram a ser tomadas. Com a aprovação da lei n.º 15.100, em 13 de janeiro de 2025, o governo federal ratifica sua preocupação com relação a regulamentação quanto ao uso de celular na escola pública e privada.

A presente legislação, estabelece restrições quanto ao uso de dispositivos eletrônicos durante as aulas, intervalos e recreio. A intenção dessas medidas objetiva-se na proteção da saúde mental, física e emocional para as crianças e adolescentes. E assim, confere o Art. 2º “Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica” (BRASIL, 2025). Contudo, a lei prevê a utilização de aparelhos eletrônicos, quando orientada por profissionais da educação, desde que voltados para atividades didáticas e pedagógicas (BRASIL, 2025).

Entre a lei e o educando existe o reforço por parte das políticas públicas no olhar para a necessidade da intencionalidade para com o uso de tecnologias em sala de aula. Corroborando com esta análise, em 2025 o Ministério da Educação, publica o Guia para escolas. Este tem como função apresentar um arcabouço de diretrizes a serem utilizadas no ensino básico nacional. No referido guia, um dado relevante apontado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA 2022 e divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, informa que 8 em cada 10 estudantes brasileiros de 15 anos, estes se distraem nas aulas de matemática quando estão com celulares (BRASIL, 2025).

Esse dado, explicita a interferência na capacidade de concentração e consequentemente da aquisição de competências fundamentais voltadas para a leitura crítica e interpretativa relativas ao uso desalinhado de dispositivos eletrônicos na aprendizagem. Ainda refletindo sobre o tema, a UNESCO em 2023, já apresentava esta preocupação e no Relatório de

Monitoramento Global da Educação: resumo – A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem? E aponta a seguinte informação:

No entanto, a tecnologia deveria se concentrar em resultados de aprendizagem, e não em contribuições digitais. No Peru, quando mais de 1 milhão de laptops foram distribuídos sem serem incorporados à pedagogia, a aprendizagem não melhorou. Nos Estados Unidos, uma análise de mais de 2 milhões de estudantes indicou que as lacunas de aprendizagem aumentaram quando a instrução estava sendo feita de forma exclusivamente remota (UNESCO, 2023, p 7).

Essas informações, aclaram que a simples presença de tecnologias no espaço escolar, pode ampliar as desigualdades e o desenvolvimento de habilidades essenciais no que tange a leitura e a escrita. Outro ponto relevante, é que a não inserção de projetos formativos, reforçam o consumo passivo e excessivo de informações. Nesta ausência de contato presencial, evidencia que muitos estudantes careciam de amadurecimento e até mesmo da consolidação de competências básicas inerentes a práticas de letramento escolar, sendo uma análise relevante para a preparação para a vida acadêmica do ensino superior.

A realidade brasileira é marcada pelo déficit acumulado ao longo do ensino fundamental e médio, onde grande parte dos jovens chegam ao ensino superior com muitas dificuldades em com relação a leitura e a interpretação. Segundo FISCHER e DIONÍSIO (2011, p.8) “A importância da preparação é óbvia, uma vez que se reconhece o grande número de alunos que terminam o ensino secundário sem ter desenvolvido habilidades de escrita suficientes (Texto 17)”. Assim, é urgente não apenas a regulação de dispositivos, realmente a implementação de práticas pedagógicas que deem conta desta lacuna com relação a emancipação leitora.

Ainda observando as análises dos autores FISCHER e DIONÍSIO (2011) estes reforçam que o desafio na formação de leitores no ensino superior é real. “Pesquisas apontam que os estudantes universitários [...], leem pouco e pouco entendem o que leem, o que afeta o processo de ensino e aprendizagem (Texto 5); ” (FISCHER; DIONÍSIO, 2011, p. 8). Desta forma, programas e políticas voltadas para a educação básica, precisam com urgência ser retomadas ou mesmo implementadas com objetivo de reverter esta defasagem histórica e estrutural.

Neste viés a formação de leitores para o ensino superior, passa pela travessia entre múltiplas práxis de letramento, na interpretação de linguagens, bem como, no planejamento educacional integral e interdisciplinar, voltado para o uma transformação social significativa. Desta forma, FISCHER e DIONÍSIO (2011) direcionam caminhos para essa superação:

Estabelecer objetivos, finalidades claras para a leitura, ativar os conhecimentos prévios dos alunos para interpretar as novas informações [...] explorar o contexto do texto, levantar hipóteses [...] os fatores de contextualização [...] a superestrutura do texto de forma a identificar a partir dos objetivos de leitura as macroestruturas / sentidos possíveis [...] desenvolver, junto ao aluno, as estratégias de compreensão leitora, antes,

durante e depois da própria leitura (Texto 5). (FISCHER; DIONÍSIO, 2011, p. 8).

Nesta linha, os autores sugerem a priorização de práticas didático pedagógicas, com propósitos claros, respeitando e valorizando diálogos e estratégias que considerem os saberes prévios dos estudantes direcionando o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem os estudantes construírem conhecimentos, aprender por si mesmo, julgar, apreciar e fruir a leitura e a escrita mais complexa. Essa abordagem favorece a ampliação da proficiência em leitura de textos mais extensos e densos, condição esta indispensável para o sucesso acadêmico e sobretudo voltado para o ensino superior.

Isto posto, outra análise trazida pela UNESCO (2023) se faz necessário:

O conteúdo digital é produzido por grupos dominantes, o que afeta quem o acessa. Quase 90% do conteúdo disponível em repositórios de educação superior com coleções de recursos de educação aberta foi criado na Europa e na América do Norte; 92% do conteúdo da biblioteca global OER Commons está em inglês. Os cursos abertos online e massivos (Massive Open Online Courses – MOOCs) beneficiam principalmente estudantes instruídos e de países mais ricos (UNESCO, 2023, p 8).

Ora, se nossos estudantes estiverem ainda carentes de instrução e letramento, continuaremos sendo reféns de estruturas dominantes e a nossa realidade não será transformada. A profunda desigualdade, tanto no acesso, quanto na produção de conhecimento, reflete diretamente a formação de leitores no ensino superior. Cabe aqui, a análise direcionada pelos textos em inglês, fomentando a hegemonia destes países e reforçando a necessidade de políticas que incentivem o multiliguismos e a produção local de conhecimento. É preciso tornar o estudante do ensino superior um produtor de conhecimento e não um mero consumidor de informações.

3032

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões apresentadas no texto, percebe-se que a tecnologia tem forte influência na educação, desde os anos iniciais até o ensino superior o que tem gerado grandes desafios para a formação de leitores na atualidade. A geração atual é rodeada de dispositivos digitais e isso tem direcionado sua forma de pensar, agir, se relacionar, mas especialmente na forma de aprender e construir conhecimento. Essa interferência, e aqui utilizamos como hegemonia tecnológica compromete significativamente o sucesso escolar. Com base nos dados apresentados, somente a presença de celulares na sala de aula, implica consideravelmente o ensino e a aprendizagem.

Neste cenário, identificou-se que interações rápidas, superficiais e fragmentadas dificultaram o desenvolvimento da autonomia leitora o que já se identificou o

comprometimento na formação de sujeitos capazes de refletir profundamente sobre a realidade e a própria análise de mundo. A análise é atual, ainda estamos colhendo frutos de uma situação que foi a pandemia de cinco anos atrás, mas cabe aqui uma reflexão para longo prazo, como será nossa relação com o próprio conhecimento daqui dez, vinte ou trinta anos? Como será esta geração que hoje apresenta esta realidade? Encontraremos novas estratégias de ensino e aprendizagem?

O presente texto, sinaliza que em outros países o utilização de tecnologia na escola não funcionou. Indicadores como o PISA 2022 e de pesquisadores como AMORIM; ANDRADE, (2024) e DESMURGET (2021), reforçam o diagnóstico de que vivemos uma crise estrutural de leitura. No Brasil, medidas como a Lei nº 15.100/2025, sobre o uso dos celulares foi implementada, porém não temos ainda a clareza, de como esta geração irá transformar esta realidade. As políticas públicas precisam ser revistas. Estudos recentes como os da UNESCO (2023), precisam ser considerados e usados como suporte para a modificar esta realidade escolar, ignorar esta realidade é comprometer o papel da escola com espaço emancipador.

Vislumbrar que o letramento, conforme discutido pelos autores GERALDI (2016), SOARES (2020), GNERRE (1991), não se restringe ao domínio da decodificação, que a leitura e o conhecimento são realmente sinônimos de poder e também deve ser visto como um ato social e político, o que implica na possibilidade de transformação. É urgente que a escola, seja a percursora deste processo, com vistas a promoção de uma leitura para emancipação e que os educandos sejam protagonista desta realidade. A prática educativa precisa ser resgatada e centrada na leitura como eixo formador de pensamento reflexivo.

No ensino superior, os reflexos da negligência com a formação leitora tornam-se evidentes. A defasagem posta, descrita por FISCHER E DIONÍSIO (2011), relatam este cenário, onde os alunos do ensino superior apresentam limitações na interpretação de textos e na realização de leitura mais profundas e analíticas. Neste contexto, fica evidente a presença de falhas estruturais no ensino básico. Os mesmos autores, estabelecem algumas estratégias como práticas de leitura intencional e contextualizada com objetivo de desenvolver nos alunos do ensino superior competências leitoras mais complexas e dinâmicas.

Diante de todas essas situações apresentadas, torna-se imprescindível a implementação de políticas integradas, onde o letramento sirga como suporte para a equidade educacional. Formar leitores neste século, não está sendo uma tarefa muito fácil, porém é preciso valorizar a produção local de conhecimento, fortalecer o uso adequado e pedagógico das tecnologias. É

urgente que todos se envolvam em uma proposta que resinifique a leitura como meio possível de conectar a vida prática aos saberes escolares, construindo assim o sentido de pertencimento e formando sujeitos capazes de atuar de forma transformadora sua realidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. H. S. M.; ANDRADE, L. S. Relato de experiência: os desafios presentes na aproximação dos adolescentes com a leitura num cenário moderno, tecnológico e pós-pandêmico. *Revista EV – Educação e Valores*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-12, 2024.

BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre diretrizes para a educação básica no contexto pós-pandêmico. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Dedo de Prosa: Uso excessivo de celular atrapalha desempenho escolar. 13 dez. 2023. Programa de rádio (07:03 min). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2023/12/13/dedo-de-prosa-uso-excessivo-de-celular-atrapalha-desempenho-escolar>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia para escolas: conscientização para o uso de celulares na escola. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 04 abr. 2025.

CENPEC. *Tudo sobre alfabetização e letramento*. Saberes e Práticas, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://saberesepaticas.cenpec.org.br/noticias/tudo-sobre-alfabetizacao-e-letramento>. Acesso em: 06 abr 2025

DESMURGET, Michel. *A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças*. Tradução: Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2021.

FISCHER, A.; DIONÍSIO, M. L. Perspectivas sobre letramento (s) no ensino superior: objetos de estudo em pesquisas acadêmicas. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 6, n. 1, p. 79-93, jan. / abr. 2011.

GNERRE, M. *Linguagem, Escrita e Poder*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.

GERALDI, J. W. Ensinar a ler e a escrever numa sociedade de cultura oral. *Revista Revelli*, v. 8, n. 3, p. 5-12, out. 2016.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo. Edições Loyola, 1998.

OCDE. *Relatório PISA 2022: resultados dos alunos brasileiros*. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 04 abr. 2025.

PRENSKY, Marc. Nativos digitais, Imigrantes digitais. NCM University Press. Vol. 9, Nº 5, 2001.

SILVA, E. T. da. Leitura da escola e na biblioteca. 5. ed. Campinas, SP: Papírus, 1995.

SOARES, M. Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação: resumo – A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?** Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por. Acesso em: 12 abr. 2025.